

INCLUSÃO DA PESSOA CEGA OU COM BAIXA VISÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: desafios, facilitadores e propostas

BLIND OR LOW VISION PEOPLE INCLUSION IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION CLASSES: a systematic review

Victor Barbosa Ribeiro ¹
Arthur Marques Zecchin Oliveira ²
Rafael de Menezes Reis ³
Gislaine Satyko Kogure ⁴
Higino Carlos Hahns Júnior ⁵
Michele Oliveira Silva ⁶

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência visual (DV) e cegos nas aulas de Educação Física (EF) é relevante, porém, é pouco estudada. Assim, o presente estudo teve como objetivo verificar, por meio de uma revisão sistemática, a inclusão de pessoas com DV nas aulas de EF escolar. Utilizou-se o Portal de Periódico da CAPES, onde foram encontradas 13 publicações sobre o assunto. Apesar de a maioria das pesquisas indicarem dificuldades relacionadas à formação docente para realizar adaptação das aulas, à infraestrutura insuficiente das escolas e dos próprios DV e cegos relatarem a exclusão, um estudo apontou adaptações úteis para promover a inclusão. De um modo geral, é necessário melhorar a formação docente e as condições estruturais das escolas, favorecendo o ambiente ser mais inclusivo.

Palavras-Chaves: Educação Física Escolar. Baixa Visão. Cego. Deficiência visual.

ABSTRACT

The inclusion of visually impaired (VI) and blind people in Physical Education (PE) classes is relevant, but little studied. Therefore, this study aimed to verify, through a systematic review, the inclusion of people with DV in school PE classes. The Portal Periódicos CAPES was used, where 13 publications on the subject were found. Although most of the research indicated difficulties related to teacher training to adapt classes, to the insufficient infrastructure of schools and of the VIs, and blind people reporting exclusion, one study pointed out useful adaptations to promote inclusion. In general, there is a need to improve teacher training and the structural conditions of schools, favoring a more inclusive environment.

Keywords: School Physical Education. Blind. Low vision. Visual impairment.

¹ PhD, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus de Jacareí SP.

² Mestre, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP. arthurzecchin@usp.br.

³ PhD, Instituto de Saúde e Biotecnologia, Universidade Federal do Amazonas, AM.

⁴ PhD, Departamento de Ginecologia e Obstetrícia, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

⁵ Graduação, Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, SP.

⁶ PhD, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus de Birigui, SP.

INTRODUÇÃO

A deficiência visual (DV) é a perda total ou parcial, devido a causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e correção com o uso de óculos convencionais. Essa diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõem o grupo de visão subnormal ou baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira) (KYRILLOS, 2005). Dados do censo da educação básica de 2016 apontam que do total de 971.372 alunos da educação especial matriculados em escolas especializadas e regulares, 76.470 são cegos, surdocegos ou têm baixa visão (MEC, 2016).

As alterações que remetem à visão demandam adaptações nas ferramentas educacionais. Diversos conteúdos, incluindo a educação física (EF) podem ser adaptados e, consequentemente, facilitar a inclusão dessas pessoas (FIORINI; DELIBERATO; MANZINI, 2013). Pessoas que apresentam esse tipo de alteração sensorial podem apresentar articulações rígidas, alterações proprioceptivas e medo de se movimentar (POZZANA; KASTRUP, 2017), o que pode acarretar, dentre outros eventos, em níveis habituais mais baixos de prática de exercícios físicos, aumento da obesidade e do isolamento social (SERON *et al.*, 2012). Somado a tudo isso, Seron *et al.* (2012) relatam que a superproteção da família e a percepção da sociedade de que essas pessoas necessitam de cuidados, as excluem de acesso a programas oferecidos para pessoas sem deficiência. Alguns autores destacam que a falta de oportunidades de programas de atividades físicas tanto nos ambientes fora da escola quanto dentro dela, é fruto da falta de recursos materiais, espaço físico e capacitação dos profissionais (KORDISH *et al.*, 2006).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, a educação física (EF), integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo facultada apenas em alguns casos, aos que cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; a maiores de 30 anos de idade que estiverem prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiverem obrigados à prática da EF; amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e que tenham prole (BRASIL, 1996). Destaca-se que os casos indicados pelo Decreto-lei n. 1.044 são facultativos ao aluno e não à escola, portanto, entende-se que a instituição escolar deve oferecer condições para que aqueles que, mesmo amparados pela legislação, optarem por realizar as atividades esportivas, tenham acesso às aulas de EF.

Enquanto conteúdo formativo, a EF demonstra papel importante através das ações corporais vinculadas a ela, envolve e utiliza os sentidos visão, audição, fala, tato e olfato,

além das expressões corporais, o que permite a comunicação com o universo ao redor (BRASIL, 2000).

O discurso da inclusão nas aulas de EF no início da década de 1990, com maior preocupação com a formação do aluno-cidadão, a utilização de atividades que preveem a adaptação, assim como a vivência lúdica, integração social, desenvolvimento crítico, autônomo e intelectual, sendo submetida, portanto, aos interesses dos alunos e da proposta pedagógica da escola (COLETIVO DE AUTORES, 1992) estão em consonância com outros eventos importantes que ocorreram no mesmo período com o objetivo de promover a inclusão.

Inicialmente, a partir de 1990, na Conferência Mundial de Jomtien, em que se instituiu a Declaração Mundial de Educação para Todos pela Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) (1990) e, posteriormente, em 1994, através da Declaração de Salamanca, em que foi defendido o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais de terem acesso às escolas comuns (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). Neste documento fica evidenciada a necessidade de adequação pedagógica no intuito de promover o desenvolvimento escolar de todos, integrando as necessidades individuais de cada um (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). No Brasil, somente em 2015, foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que assegura e promove condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Diante das prerrogativas citadas anteriormente e dentre outras políticas, o Ministério da Educação, em 2003, lançou um material sobre saberes e práticas da inclusão, informando sobre estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse documento, há informações de estratégias de como lidar principalmente com os alunos surdos; com deficiência físico/neuro-motora; altas sensibilidades/superdotação e os com baixa visão ou cegos (BRASIL, 2003). Apesar disso, ainda se nota um despreparo quanto ao que se preconiza no quesito inclusão escolar, pois em parte das vezes as propostas de inclusão não são efetivadas por diversas razões, tanto estruturais, quanto de formação docente para lidar com a situação (KORDISH *et al.*, 2006).

A escassez de dados científicos produzidos e disponíveis na área de Educação Inclusiva de pessoas cegas e com baixa visão, especificamente no contexto da EF escolar brasileira, justifica a necessidade de síntese dos conteúdos já produzidos, no intuito de identificar lacunas na produção de conhecimento científico e, consequentemente, definir novas delineações nas pesquisas relacionadas à temática EF e Inclusão escolar para

deficientes visuais e cegos. Assim, o presente estudo teve como objetivo fazer um levantamento e uma discussão acerca da literatura presente na área, tentando identificar informações do cotidiano envolvendo a EF escolar brasileira e a inclusão de pessoas cegas e com baixa visão durante essas aulas.

MÉTODO

O estudo trata de uma revisão bibliográfica sistemática acerca da participação do aluno com DV na EF escolar. O passo inicial foi estabelecer a pergunta: qual o panorama das pesquisas sobre as estratégias e dificuldades encontradas para a participação das pessoas cegas e com baixa visão nas aulas de EF?

Os conjuntos de descritores/termos utilizados foram “educação física” *and* “deficiência visual”; “educação física” *and* “cegueira”; “educação física” *and* “cego”; “educação física” *and* “baixa visão”, sendo esses, determinados pelo “Descritores em Ciências da Saúde” (DeCS). Ressalta-se que a busca não se restringiu apenas ao vocabulário controlado, uma vez que o termo “cego” contemplou o vocabulário não controlado, assim, possibilitando aumentar a sensibilidade da busca. Diante disso, o processo de busca foi realizado no mês de agosto de 2020, entre os dias 14 e 20, na base de dados Portal de Periódicos Capes. De acordo com a Capes, o Portal de Periódicos da Capes oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados, dentre elas bases como Scielo, EBSCOhost, CrossRef Search, google acadêmico, Latindex, LILACS, dentre outras (CAPES, 2020).

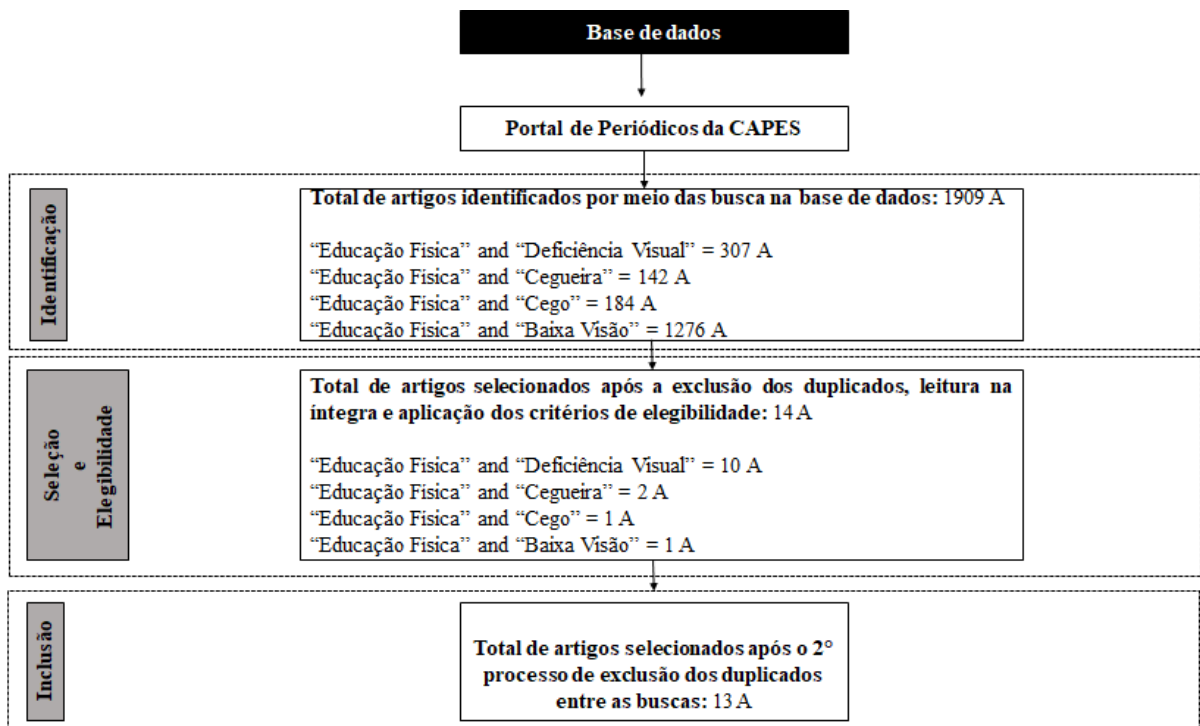
Foram incluídos todos os artigos originais que retratassem o assunto proposto e que tivessem sido publicados nos últimos dez anos, reproduzidos na língua portuguesa e que envolvessem somente escolas brasileiras. Foram excluídos deste estudo: outras revisões sistemáticas, teses, dissertações, livros ou outros documentos, e estudos que não contemplassem o tema proposto. Na avaliação dos artigos, foram observados os seguintes aspectos: pesquisadores e ano de publicação; região (cidade/estado); tipo de instrumento utilizado na pesquisa; objetivos do estudo; e conclusão e considerações complementares.

RESULTADOS

Diante dos métodos adotados, foram identificados 1909 artigos do Portal de Periódicos Capes, sendo 307 artigos quando se buscou pelos descritores/termos “educação física” *and*

“deficiência visual”; 142 artigos com “educação física” and “cegueira”; 184 com “educação física and “cego” e 1276 com “educação física” and “baixa visão”. Desses, foram selecionados, respectivamente, 10, 2, 1 e 1 artigos, após leitura de títulos e resumos. Dos 14 artigos previamente elegíveis, 1 foi excluído em seguida, pelo fato de estar em duplicidade (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma de busca, identificação, seleção e inclusão dos artigos



Legenda: A, Artigo; EF, Educação Física.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborada pela autores.

A priori, foi identificado que mais de 50% dos estudos foram realizados no estado de São Paulo, doze dos treze artigos utilizaram em suas metodologias entrevistas, entrevistando alunos, ex-alunos, professores e pais de alunos, como pode ser observado de forma detalhada no Quadro 1. O artigo que não envolveu entrevistas esteve envolvido em traçar estratégias e planejar adaptações com foco no aluno. A síntese dos resultados encontra-se no Quadro 1.

Quadro 1- Educação Física Escolar, deficiência visual e cegueira.

Autores (Ano)	Revista	Amostra e Avaliação	Objetivos	Conclusão
Cascão; Covic (2020)	Reflexão e Ação	1 aluna de 14 anos matriculada em escola de SP, que realizava um tratamento de um tumor no SNC e perdeu progressivamente a visão. (Entrevista semiestruturada)	Compreender como as aulas de Educação Física podem auxiliar uma aluna em tratamento oncológico e de baixa visão a ressignificar seu lugar dentro da cultura escolar.	Concluiu-se que a ressignificação do lugar ocupado pela aluna paciente oncológico de baixa visão se dá pela: formação autônoma da aluna, construção de um ambiente de aprendizagem da docência, reflexão sobre as questões do cotidiano escolar e as implicações no currículo.
Mori et al. (2018)	Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício	18 professores de EF (7 F e 11 M) da cidade de Praia Grande – SP - (Questionário Semiestruturado)	Investigar a formação do professor de EF na área de EFA e a participação das pessoas com deficiência nas aulas de EF.	72,2% dos docentes tinham conhecimento sobre EFA e 55,5% tinham conhecimento suficiente para incluir um aluno com deficiência em suas aulas. Todos os alunos com deficiência participavam das aulas de EF.
Costa; Munster (2017)	Revista Brasileira de Educação Especial	3 professores de EF (2F e 1M); 4 alunos com DV e 1 com cegueira com idade entre 9 e 15 anos (5 M) de 3 escolas do interior de SP - (Observação e Entrevista Semiestruturada)	Analisar e descrever as adaptações nos elementos bases do currículo comum empregadas por professores de EF voltadas à participação de alunos com DV.	Escassez e até mesmo a inexistência de adaptações curriculares voltadas às necessidades dos alunos com DV nas aulas de EF.
Andrade; Freitas (2016)	Revista Brasileira de Educação Especial	1 aluno com cegueira e 1 professora de EF da rede pública de SP – (Observação de uma videogravação)	Buscar indícios das possibilidades do aprender de um aluno com cegueira durante as aulas de EF.	As ações pedagógicas intencionais da professora mediadas pelas palavras e gestos e em situações interativas, possibilitaram o acesso do aluno com DV aos conteúdos trabalhados.
Freitas; Sales; Moreira (2016)	Revista Eletrônica de Educação	1 aluno e 4 alunas, sendo 3 oriundos da rede pública e 2 da privada de Jequié - BA -	Analisar a percepção de alunos com DV matriculados no ensino regular sobre as	Todos os alunos declararam que, apesar do interesse, não participavam das aulas de EF, atribuindo essa realidade aos professores que não se atêm a adaptar as metodologias

		(Entrevista semiestruturada)	aulas de EF.	de ensino e as atividades práticas às suas realidades.
Da Silva; Souto (2015)	Revista Educação Especial	3 graduandos e 3 graduandas da UFPB - (Entrevista semiestruturada sobre sua participação nas aulas de EF ao longo do ensino básico)	Analisar qual foi a participação dos alunos com deficiência (“atualmente” alunos do ensino superior), nas aulas de EF ao longo da formação escolar.	Participantes relataram que eram esquecidos no momento da aula de EF, que não havia preocupação do professor para incluir e afirmaram ter procurado instituições especializadas para ter o apoio que não era oferecido na escola regular, evidenciando por outro lado, a intervenção positiva de profissionais da EF nas escolas especiais.
Alves; Duarte (2013)	Movimento	3 alunas de uma escola pública no município de SP, sendo 1 delas com baixa visão, 1 com dermatopolimiosite e outra com paralisia cerebral - (entrevista semiestruturada).	Analisar os fatores relacionados com a exclusão do aluno com deficiência nas aulas de EF.	Para as alunas, a exclusão está associada com a falta de adaptação nas aulas, isolamento social e sentimento de inferioridade.
De Souza; Da Silva (2013)	Revista Eventos Pedagógicos	1 aluna com DV de uma escola pública de SINOP - MT, 1 professor de EF e a mãe da aluna - (Entrevistas e questionário semiestruturados)	Compreender se há inclusão da aluna com DV nas aulas de EF.	A análise de dados revela que havia exclusão no próprio sistema educacional, não havendo materiais pedagógicos e estrutura adequada para os profissionais da educação.
Fiorini; Deliberato; Manzini (2013)	Motriz	Proposta Curricular do Estado de SP	Planejar estratégias de ensino e adaptações de recursos com foco na inclusão educacional do aluno com DV fundamentando-se nas atividades contidas na proposta curricular do Estado de São Paulo.	As atividades adaptadas desenvolvidas a partir da proposta curricular permitiram um planejamento de estratégias voltadas à participação do aluno com DV juntamente com os alunos sem DV.

Morgado et al. (2013)	Revista Brasileira de Educação Especial	11 sujeitos adultos com cegueira, sendo 6 mulheres e 5 homens com idade média de 34 anos, revisores de Braille e professores do Instituto Benjamin Constant (IBC) – Rio de Janeiro	Investigar barreiras e facilitadores percebidas por pessoas com cegueira congênita para a prática de atividade física.	Os facilitadores (família, professores EF especializados, instituição especializada, materiais adaptados, e reconhecimento dos benefícios) e as barreiras (professores de EF despreparados, sentimentos de exclusão em aulas de EF, dificuldade na habilidade espacial e na coordenação motora, estrutura inadequada, família) apontados pelos participantes mostraram-se complexos e multifacetados, de ordem social, ambiental e pessoal.
Mazzarino; Falkenback; Rissi (2011)	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	1 aluna de uma escola regular de uma cidade do interior do RS	Investigar o processo de inclusão de uma aluna com DV nas aulas de EF, bem como este processo repercute na aprendizagem e no desenvolvimento da aluna.	O estudo concluiu que a inclusão de uma aluna com DV na escola contribuiu para um aprendizado mútuo entre os alunos, bem como da escola.
Silva; Duarte; Almeida (2011)	Movimento	9 professores de EF com média de 12 anos de atuação em campeonatos escolares do estado de SP	Questionar sobre a inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar	De acordo com o estudo, a formação do professor de EF pode ser ainda insuficiente ou desarticulada entre teoria e prática e gerar várias dúvidas, principalmente para aqueles que concluíram sua formação antes mesmo destes ideais chegarem às universidades.

Legenda: EF, Educação Física; F, feminino; M, masculino; DV, deficiência visual; SP, São Paulo; MT, Mato Grosso; RS, Rio Grande do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores.

DISCUSSÃO

Este trabalho se propôs realizar um levantamento da literatura que identificasse os desafios, os facilitadores e as propostas em relação ao cotidiano envolvendo a EF escolar brasileira e a inclusão de pessoas cegas e com baixa visão durante as aulas. Nos trabalhos analisados nesta revisão da literatura, puderam-se identificar ações pedagógicas intencionais efetivas, dificuldades de adaptação e comportamento excludentes. Em um primeiro momento, foi identificado que mais de 50% dos estudos encontrados são oriundos do estado de São Paulo. De um modo geral, os participantes dos estudos são professores de educação física escolar, estudantes com DV e cegos, além de pais.

Dos 13 estudos analisados, apenas dois deixaram claramente que houve efetiva inclusão de um aluno e de uma aluna com DV (MAZZARINO; FALKENBACK; RISSI, 2011; ANDRADE; FREITAS, 2016). Andrade e Freitas (2016) utilizaram do materialismo histórico-dialético para buscar indícios das possibilidades de aprender de um aluno com cegueira nas aulas de EF. Este estudo envolveu uma professora de EF que lecionava há aproximadamente 20 anos, tendo sua segunda formação como pedagoga, e um aluno com 16 anos de idade, cego desde os 2 anos. A professora ministrava tanto aulas teóricas quanto práticas, e foi observado que a boa relação e a utilização da linguagem oral clara, pertinente a assuntos de maior interesse como o estresse, proporcionaram a participação efetiva do aluno envolvido em uma atividade de alongamento. Entretanto, os autores questionaram o fato de a professora, em função das dificuldades, não ter possibilitado o acesso ao texto escrito por meio do *software* especializado instalado no notebook. Esta limitação a docente compensou ao conseguir criar um meio de interlocução com o aluno. O princípio do desenvolvimento psíquico é o mesmo para todos os sujeitos, ou seja, tem natureza social, no caso de pessoas com deficiência, a compensação depende das condições socioculturais. Adicionalmente, Mazzarino, Falkenback e Rissi (2011) demonstraram que a inclusão pode apresentar outros benefícios, e concluíram por meio da inclusão de uma aluna do Rio Grande do Sul no ensino regular que o aprendizado é mútuo, considerando os outros estudantes e a escola.

A discussão sobre a inclusão é ampla e pode ser analisada por diversos olhares. Recentemente, Mori *et al.* (2018) entrevistaram 18 professores de EF, sendo 15 deles da rede pública de ensino e 3 da rede privada da cidade de Praia Grande. A amostra foi composta por 33,3 % de graduados e 66,7% de especialistas. Se considerados apenas os que atuavam há pelo menos 5 anos na rede escolar, essa representação era de 77,7%. Desse total, 72,2% dos participantes responderam que tinham conhecimento sobre EF adaptada e 15 deles relataram

possuir alunos com deficiência matriculados, sendo que três com acometimento visual. Quando perguntados sobre terem conhecimento suficiente para incluir um aluno deficiente em suas aulas, apenas 55% responderam que sim, entretanto quase sua totalidade (94,4%) respondeu que acredita que a participação do aluno que possui alguma deficiência nas aulas de EF auxiliava na inclusão do próprio aluno na comunidade escolar. Os autores concluíram que todos os alunos participavam das aulas. Contudo, cabe salientar que as informações recebidas partem única e exclusivamente da percepção dos docentes, sem a participação concreta dos alunos em relação às respostas.

De um modo geral, a bibliografia analisada tem relatado um despreparo dos professores no planejamento em relação à montagem e adaptação das aulas. No estudo de Costa e Munster (2017), ao entrevistar 3 professores e 5 alunos (4 alunos com DV e 1 com cegueira com idade entre 9 e 15) de 3 escolas diferentes, concluíram que havia escassez e até mesmo a inexistência de adaptações curriculares voltadas às necessidades dos alunos com DV nas aulas de EF. Os autores questionaram não só a ausência de um referencial de currículo definido na escola, bem como a falta da flexibilização, pois as poucas sugestões se restringiram à participação do aluno cego às aulas de esporte adaptados, ou seja, impossibilitando que todos os alunos, independente da deficiência, participassem dos conteúdos curriculares conforme suas competências e necessidades educacionais. Apesar das limitações, os autores compreenderam que as adaptações consideradas de grande porte realizadas pelo professor foram importantes para a participação do aluno com DV. Ainda neste caso, quanto a um dos processos avaliativos, o docente aplicou uma atividade para o restante da sala e solicitou que o aluno se retirasse da sala para fazer outra atividade extraclasse e foi informado para “não se preocupar, pois já tinha sido avaliado”.

Entre os estudos que demonstram as dificuldades quanto à inclusão, Freitas, Sales e Moreira (2016), quando entrevistaram cinco alunos com DV matriculados na rede regular de ensino da cidade de Jequié, região sudoeste do Estado da Bahia, identificaram que, apesar do interesse, na percepção dos próprios alunos, eles não participavam das aulas em função da infeliz realidade dos professores que não estavam preocupados em adaptar as metodologias de ensino e as atividades práticas às suas realidades. Foi observado que relatos como este são comuns e recorrentes em outras regiões.

Na Paraíba, quando entrevistaram 6 alunos com alterações relacionadas à visão, estes relataram que eram esquecidos quando estavam ocorrendo as aulas de EF, e havia uma despreocupação por parte do professor. Relataram ainda que procuravam por instituições especializadas para que pudessem, portanto, realizar os exercícios físicos. Também relataram

que, em escolas especializadas, encontraram o apoio e a prática de que necessitavam no formato adequado (DA SILVA; SOUTO, 2015). Já em São Paulo, capital, há resultados de entrevista realizada em uma escola pública no município que retratam que a exclusão está associada à falta de adaptação nas aulas, ao isolamento social e ao sentimento de inferioridade (ALVES; DUARTE, 2013). Além disso, outro ponto levantado considera que há uma exclusão até mesmo no próprio sistema educacional, não existindo materiais pedagógicos e potenciais estruturas adequadas para os profissionais da educação (DE SOUZA; DA SILVA, 2013). De fato, a formação docente e/ou a integração teoria/prática tem se demonstrado desarticulada. Essa também foi a conclusão de Silva, Duarte e Almeida (2011) ao entrevistar 9 professores de EF. Enfatizaram, ainda, que essa desarticulação ocorre principalmente para aqueles que concluíram sua formação antes mesmo da consolidação dos ideais de inclusão.

Há de se considerar ainda que tanto a baixa visão quanto a cegueira podem ser congênitas ou adquiridas e que a formação docente e a organização do sistema educacional devem levar em conta essa situação. Um estudo envolvendo uma aluna em tratamento de câncer, com perda progressiva da visão, concluiu que a ressignificação do lugar ocupado por ela se dá pela: formação autônoma da aluna, construção de um ambiente de aprendizagem da docência, reflexão sobre as questões do cotidiano escolar e as implicações no currículo (CASCÃO; COVIC, 2020). Os autores destacaram a importância do reconhecimento dos agentes escolares sobre as implicações que a doença crônica impunha à vida da estudante. Toda a jornada estudantil da aluna esteve vinculada à neoplasia, sendo assim ela não construiu uma identidade como aluna como a maioria de seus colegas, desprovidos de patologias crônicas. A aluna também apontou que: o conhecimento da existência da doença auxiliava seu desenvolvimento e o interesse do professor pelo seu caso era relevante e acarretava um melhor desempenho das atividades.

A participação nas aulas de educação física escolar de pessoas com DV ou com cegueira é de extrema importância e pode refletir na forma como essas pessoas lidarão com a prática de atividade física ao longo da vida (MORGADO *et al.*, 2013). De acordo com o estudo de Morgado *et al.* (2013), há diferentes vertentes envolvidas no processo de exclusão e inclusão, que pode afetar diretamente na realização de exercícios físicos por pessoas com cegueira, não só no ambiente escolar, mas também fora dele. Quando avaliaram indivíduos adultos com cegueira, verificaram que, para além da formação docente deficiente, ações da família, o sentimento da exclusão das aulas de educação física escolar, dificuldade na habilidade espacial e na coordenação motora, além da estrutura inadequada, compuseram um conjunto de apontamentos listados por eles como desafiadores no processo de inclusão. Todas

essas variáveis são de considerável complexidade, de ordem social, ambiental e pessoal. Por outro lado, fizeram uma lista de facilitadores, em que consta o professor especializado como um potencial facilitador, além da estrutura e de materiais adaptados e do apoio familiar. Dessa forma, relataram que no IBC eles são totalmente integrados à prática de exercícios físicos.

Diante de tantos entraves e limitações, há alternativas que podem facilitar a compreensão e a implementação das atividades que auxiliem na inclusão dos alunos com DV e/ou cegos? De acordo com Fiorini, Deliberato e Manzini (2013), elas existem, são flexíveis e dependem da adequação das estratégias do professor, respeitando as características da turma. Para tanto, é necessário planejamento que vise garantir a participação tanto dos alunos com deficiência quanto dos sem. Os autores relataram, por exemplo, algumas experiências mais “recentes” do professor de educação física, como, por exemplo, a aula na sala de aula e a utilização da lousa e que, para tanto, tornam-se importantes as adaptações de material para o Braille. Ainda retrataram a importância de desenvolver adaptações para as atividades práticas, usando estratégias como, por exemplo, a descrição verbal de figuras; o método de ensino do todo-parte-todo; modificações da regra do jogo; orientação do trajeto a ser percorrido pelo aluno por meio de estímulos auditivos, utilizando estratégias como bater palmas ou usar chocalhos; uso de uma corda guia nas atividades de corrida; além do estímulo da participação dos colegas no apoio de guia do colega com alterações no aspecto visual. Adicionalmente, cita instrumentos materiais que podem contribuir na adaptação como colchonetes, para auxiliar de indicativos no percurso; papel celofane com cores vibrantes para alunos com baixa visão; além de guizos, que podem auxiliar quanto aos estímulos sonoros, e na sua ausência podem ser substituídos por sacos plásticos.

Apesar das propostas trazidas por Fiorini, Deliberato e Manzini (2013), foi possível identificar no presente estudo que poucos são os trabalhos que trouxeram possibilidades de melhoria para a área da EF escolar. Ainda de acordo com o relatado ao longo deste estudo, boa parte deles foram realizados no estado de São Paulo. Dessa forma, duas proposições podem ser consideradas, a primeira de que poucas ações relacionadas à inclusão de alunos com cegueira ou baixa visão nas aulas de EF escolar têm sido realizadas em outros lugares do país, e a segunda, que, caso estejam sendo realizadas, essas não têm sido divulgadas de forma suficiente no meio científico comum e de fácil acesso atrelado ao Portal de Periódicos da Capes, por exemplo, inviabilizando o compartilhamento de ideias importantes para a área de EF escolar, sobretudo voltada para a inserção do aluno cego ou com DV nas aulas.

A partir do levantamento feito, alguns questionamentos se apresentaram corriqueiros na área de EF escolar como: 1) Há falta de formação adequada que oriente o professor

a utilizar o material disponível?; 2) Há falta de tempo adequado para planejar as aulas, considerando as particularidades dos alunos?; 3) Há falta de material e espaço físico?; 4) Todas as opções anteriores?. Realmente vários podem ser os fatores que levam a toda essa conjuntura, mas se há alternativas consideradas de fácil acesso, como propostas por Fiorini, Deliberato e Manzini (2013), por qual razão essas não estão sendo consideradas pelos professores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta ao questionamento desta revisão de literatura, o que se identificou é que são poucos os estudos que pesquisaram o tema e principalmente sugeriram alternativas e propostas para melhorar a efetiva participação do DV e cego. Esta análise mostra as limitações e dificuldades de adaptação, bem como retrata a exclusão relatada pelos alunos, seja por despreparo docente seja por infraestrutura ineficiente do sistema educacional para a adaptação de materiais didáticos e do espaço físico, que podem acarretar diversos problemas como isolamento e exclusão social e sentimento de inferioridade. O fato é que não só o cego e a pessoa com DV que se beneficiam quando participam das aulas, há um aprendizado mútuo entre os alunos, professores e escola (MAZZARINO; FALKENBACK; RISSI, 2011). Dessa forma, sugere-se que novos estudos sejam realizados, originando, sobretudo, propostas que possam melhorar a atividade docente, como estratégias de aprendizagem, procedimentos, meios de acesso ao conhecimento e à informação, além dos instrumentos de avaliação; e sobretudo contemple e explore sobre os trabalhos de formação de pessoal nesta área, assim como os relatos de sucesso do dia-a-dia pelos profissionais de EF.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. A exclusão nas aulas de Educação Física: fatores associados com participação de alunos com deficiência. *Movimento*, v. 19, v. 01, p. 117-137, 2013.
- ANDRADE, J. M. A.; DE FREITAS, A. P. Possibilidades de aprendizagem de um aluno com cegueira no contexto da educação física escolar. *Revista Educação Especial*, v. 29, n. 56, p. 737-750, 2016.
- BRASIL. *Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. *Saberes e práticas da inclusão – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência física/neuro-motora*. Brasília: MEC, 2003.

CAPES. ACERVO. Disponível em https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=105. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.

CASCÃO, I.L.L.; COVIC, A.N. Educação Física Escolar: Tenho câncer e baixa visão, posso participar? *Reflexão e Ação*, v. 28, n. 1, p. 144-160, 2020.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, C. de M.; MUNSTER, M. de A. V. Adaptações curriculares nas aulas de educação física envolvendo alunos com deficiência visual. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 3, p. 361-376, 2017.

DA SILVA, J. J.; SOUTO, E. C. A pessoa com deficiência visual: considerações sobre sua participação nas aulas de educação física. *Revista Educação Especial*, v. 28, n. 51, p. 181-192, 2015.

DE SOUZA, K. A.; DA SILVA, J. B. L. Educação Física: Inclusão ou exclusão. *Revista Eventos Pedagógicos*, v. 4, n. 2, p. 146-154, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: *Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*, 1994, Salamanca-Espanha.

FIORINI, M. L. S.; DELIBERADO, D.; MANZINI, E. J. Estratégias de ensino para alunos deficientes visuais: a Proposta Curricular do Estado de São Paulo. *Motriz*, v. 19, n. 1, p. 62-73, 2013.

FREITAS, M. G.; SALES, Z. N.; MOREIRA, R. M. Representações de alunos com deficiência visual sobre as aulas de educação física escolar. ***Revista Eletrônica de Educação***, v. 10, n. 1, p. 100-109, 2016.

KORDISH, S. Determinants of physical activity in inclusive setting. *Adapted Physical Activity Quarterly*, v. 23, p. 390-409, 2006.

KYRILLOS, M. H. M. O deficiente visual: considerações acerca da prática da educação física escolar na educação inclusiva. 2005. 35 f. Monografia (Pós-Graduação) Universidade Cândido Mendes. Pós-Graduação “Lato Sensu”. Projeto A Voz do Mestre. Rio de Janeiro. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/monografia/O-deficiente-visual.pdf. Acesso em: 21 ago. 2020.

- MAZZARINO, J. M.; FALKENBACK, A.; RISSI, S. Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, v. 33, n. 1, p. 87-102, 2011.
- MORGADO, F. F. R. Facilitadores e barreiras percebidos por pessoas com cegueira congênita para a prática de atividade física. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, v. 19, n. 3, p. 379-394, 2013.
- MORI, C. *et al.* Educação Física adaptada: A formação do professor e a participação de pessoas com deficiência no ensino regular. *Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício*, v. 12, n. 77, p. 730-733, 2018.
- POZZANA, L.; KASTRUP, V. Da propriocepção à apropriação da experiência: uma prática corporal com pessoas com deficiência visual. *Periferia*, v. 9, n. 1, p. 358-382, 2017.
- SERON, B. B. *et al.* Prática de atividade física habitual entre adolescentes com deficiência visual. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 26, n. 2, p. 231-39, 2012.
- SILVA, A. J.; DUARTE, E.; ALMEIDA, J. J. G. Campeonato escolar e deficiência visual: o discurso dos professores de educação física. *Movimento*, v. 17, n. 2, p. 37-55, 2011.
- UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos*: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.